

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2024

1ª CÂMARA
DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

DIREITOS SOCIAIS E FISCALIZAÇÃO
DE ATOS ADMINISTRATIVOS EM GERAL

MPF
Ministério Público Federal

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2024

1ª CÂMARA
DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

DIREITOS SOCIAIS E FISCALIZAÇÃO
DE ATOS ADMINISTRATIVOS EM GERAL

MPF
Ministério Público Federal

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procurador-Geral da República

Paulo Gustavo Gonet Branco

Vice-Procurador-Geral da República

Hindenburg Chateaubriand Pereira Diniz Filho

Vice-Procurador-Geral Eleitoral

Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ouvidor-Geral do Ministério Público Federal

José Elaeres Marques Teixeira

Corregedora-Geral do Ministério Público Federal

Célia Regina Souza Delgado

Secretária-Geral

Eliana Péres Torelly de Carvalho



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
1ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES **2024**

1ª CÂMARA
DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

DIREITOS SOCIAIS E
FISCALIZAÇÃO DE ATOS
ADMINISTRATIVOS EM GERAL

BRASÍLIA
MPF
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B823r

Brasil. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 1.
Relatório anual de atividades 2024. – Brasília : MPF, 2025.
37 p.

Disponível em: <https://novoportal.mpf.mp.br/mpf/atuacao-tematica/ccr1/atos-e-publicacoes/relatorio-de-atividades>.

1. Ministério Público Federal - relatório 2. Ministério Público Federal -
atuação. 3. Direitos sociais. 4. Ato administrativo - fiscalização. I . Título.

CDDir 341.413

Elaborado por Gisele Bornacki Costa – CRB1/2076

Coordenação, elaboração e organização

1ª Câmara de Coordenação e Revisão

Planejamento visual, revisão e diagramação

Secretaria de Comunicação Social (Secom)

Normalização Bibliográfica

Coordenadoria de Biblioteca e Pesquisa (Cobip)

1ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

SAF Sul, Quadra 4, Conjunto C

CEP 70050-900 – Brasília-DF

Tel.: (61) 3105-5100

SUMÁRIO

- APRESENTAÇÃO 7
- 1 SOBRE A 1ª CCR 10
 - 1.1 Normativa..... 10
 - 1.2 Composição..... 10
 - 1.3 Secretaria-Executiva e Assessorias 11
- 2 AÇÕES DE COORDENAÇÃO 13
 - 2.1 Grupos de Trabalho..... 13
 - 2.1.1 Composição dos Grupos de Trabalho 14
 - 2.2 Relatoria Especial 18
 - 2.3 Metodologia 360º..... 18
 - 2.3.1 *Workshops* 1ª CCR 360º realizados em 2024 19
 - 2.4 Tema Educação..... 23
 - 2.4.1 Principais Entregas em 2024 – Educação 24
 - 2.5 Tema Saúde 25
 - 2.5.1 Principais Entregas em 2024 – Saúde..... 25
 - 2.6 Tema Patrimônio Público 26
 - 2.6.1 Principais Entregas em 2024 – Patrimônio Público 27

2.7	Tema Previdência e Assistência Social	28
2.7.1	Principais Entregas em 2024 – Previdência e Assistência Social.....	28
3	DELIBERAÇÕES DO COLEGIADO	29
3.1	Sessões de Revisão	29
3.2	Sessões de Coordenação.....	30
3.3	Deliberações	31
4	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	32
4.1	Notícias da 1ª CCR	32
4.2	Produtos de Informação e Comunicação.....	32
5	ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	34
5.1	Planejamento Temático	34
5.2	Gestão Orçamentária.....	34
5.3	Eventos.....	35

APRESENTAÇÃO

Em 2024, a 1ª Câmara atuou de forma colaborativa, organizando seus membros em grupos e subgrupos temáticos para maximizar a eficiência na resolução dos desafios institucionais. Em matérias complexas e que demandavam atuação interinstitucional, trabalhou em conjunto com membros do Ministério Público Estadual, representantes de órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU), bem como com os gestores da administração federal responsáveis pela execução das políticas públicas afetas à sua competência.

Na perspectiva da Coordenação, os dados demonstram a força da atuação dos grupos temáticos. Foram realizadas 130 reuniões em 2024, que permitiram o alinhamento de diretrizes e a formulação de iniciativas inovadoras de fiscalização nas áreas da educação, saúde, previdência e assistência social, rodovias federais e terras públicas. Além disso, juntos, os grupos expediram 167 ofícios, instrumentalizando a comunicação entre os membros do Ministério Público Federal (MPF) e os mais diversos órgãos e entidades.

A intensa atividade revisional é demonstrada pela alta taxa de deliberação dos procedimentos. Ao longo do ano, foram recebidos 4.151 procedimentos, dos quais 3.892 foram deliberados, representando 93,76% de conclusão. A realização de 139 deliberações em sessões de coordenação, bem como a revisão de 2.675 procedimentos, reforça a relevância do trabalho desenvolvido pela Câmara.

A atuação da 1ª CCR foi pautada por uma abordagem metodológica inovadora, incluindo a adoção da Metodologia 360°. Essa abordagem permitiu a realização de análises aprofundadas sobre situações-problema, resultando em propostas concretas para o enfrentamento de desafios estruturais nas cinco principais áreas de atuação da Câmara.

No âmbito da educação, destacam-se o acompanhamento do Fundeb, as iniciativas dos projetos MPEduc, Proinfância e as diretrizes para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Na área da saúde, foram promovidas capacitações sobre judicialização da saúde, além da elaboração de manuais sobre gestão de custos hospitalares e controle de recursos provenientes de emendas parlamentares.

No que se refere ao patrimônio público, foram elaboradas notas técnicas (NTs) sobre regularização fundiária e implementação de balanças de pesagem em rodovias federais. A previdência e a assistência social também foram objeto de atenção, com a implementação do Atestmed e da Teleperícia pelo governo federal, além da estruturação de soluções consensuais para demandas coletivas.

O impacto dessas iniciativas pode ser verificado em ações concretas, como o projeto-piloto do MPEduc, que selecionou 27 municípios com os piores indicadores educacionais, resultando na expedição de 424 recomendações a gestores municipais. No âmbito do Fundef/Fundeb, foi publicada uma NT com diretrizes para aplicação de recursos e um modelo de recomendação para o correto recebimento de repasses federais. O Proinfância, por sua vez, teve acompanhamento intensivo na retomada de 3,7 mil obras paralisadas, e o PNAE produziu um modelo de recomendação para a estruturação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE).

Na área da saúde, foi produzida uma NT contra a regulamentação dos cigarros eletrônicos no Brasil e foram realizados treinamentos sobre o Programa Nacional de Gestão de Custos (PNGC). No que se refere a rodovias federais, foi elaborada uma NT sobre o uso de balanças de pesagem para preservar a infraestrutura viária, bem como o desenvolvimento de um painel interativo para monitorar os maiores infratores por excesso de peso. Em terras públicas, foi elaborado um “Manual de Orientações” para os membros que apuram casos de reforma agrária, ministrado um curso sobre aquisição de terras por empresas estrangeiras e equiparadas e foram emitidas três NTs: uma sobre a manutenção de veto presidencial pertinente à regularização de imóveis rurais na Amazônia; outra contra o PL de transferência de terras da União para o Tocantins; e uma terceira contra a Emenda Constitucional (EC) de transferência de terrenos de marinha para estados, municípios e ocupantes particulares.

Para aprimorar a comunicação institucional, a 1ª CCR investiu na atualização e disponibilização de informações por meio da intranet e da internet, bem como na divulgação das principais atividades realizadas pelos Grupos de Trabalho (GTs). Ressalta-se também a efetiva utilização dos recursos financeiros, com execução de 99,53% do orçamento previsto, refletindo um planejamento assertivo e eficiente.

Ao longo do ano, foram promovidas diversas capacitações para membros e servidores, com foco na melhoria da atuação institucional. Entre os eventos realizados, destaca-se o treinamento sobre o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec), essencial para a fiscalização de obras da educação, e a capacitação sobre aquisição de terras por empresas estrangeiras, voltada para o aprimoramento do controle fundiário no país.

A reunião dos coordenadores dos GT, realizada em novembro de 2024, resultou na definição de 12 diretrizes estratégicas para o fortalecimento das ações coordenadas no próximo ano. Com esse conjunto de iniciativas, a 1ª CCR reafirma seu compromisso com a defesa dos direitos sociais e a melhoria das políticas públicas, garantindo uma atuação proativa e resolutiva no cenário nacional.

1 SOBRE A 1ª CCR

1.1 Normativa

As Câmaras de Coordenação e Revisão (CCR) foram criadas com a edição da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993. A organização e as atribuições da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão (1ª CCR) do MPF estão previstas na Resolução nº 20 do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF), de 6 de fevereiro de 1996, alterada pela Resolução nº 148 do CSMPF, de 1º de abril de 2014.

A 1ª Câmara atua como Órgão Colegiado Setorial, exercendo as atividades de coordenação, integração e revisão, no que diz respeito ao funcionamento regular da Administração Pública, com a incumbência de atuar nos feitos cíveis relativos à educação, à saúde, à moradia, à mobilidade urbana, à previdência (inclusive as complementares pública e privada) e à assistência social, bem como nos conflitos fundiários, e de fiscalizar os atos administrativos em geral.

1.2 Composição

O colegiado da 1ª CCR do MPF é composto por três membros titulares e três suplentes, que exercem mandato para o período de dois anos.

Biênio 2022-2024

Normativo: Portaria PGR/MPF nº 440/2022, de 10 de junho de 2022, alterada pelas Portarias PGR/MPF nº 708/2022 e nº 610/2023

Membros Titulares	Membros Suplentes
Lindôra Maria Araujo (Coordenadora) Subprocuradora-Geral da República	Francisco Xavier Pinheiro Filho Subprocurador-Geral da República
Eduardo Kurtz Lorenzoni Subprocurador-Geral da República	Oswaldo José Barbosa Silva Subprocurador-Geral da República
Nívio de Freitas Silva Filho Subprocurador-Geral da República	Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva Procuradora Regional da República

Biênio 2024-2026

Normativo: Portaria PGR/MPF nº 517, de 7 de junho de 2024

Membros Titulares	Membros Suplentes
Lindôra Maria Araujo (Coordenadora) Subprocuradora-Geral da República	Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva Procuradora Regional da República
Oswaldo José Barbosa Silva Subprocurador-Geral da República	Zélia Luiza Pierdona Procuradora Regional da República
Nívio de Freitas Silva Filho Subprocurador-Geral da República	Marcus Vinicius Aguiar Macedo Procurador Regional da República

1.3 Secretaria-Executiva e Assessorias

A estrutura administrativa da 1ª CCR é composta pela Secretaria-Executiva e pelas respectivas Assessorias, conforme a seguir:

Secretaria-Executiva
Dayse Silva de Sousa – Secretária-Executiva
Daniela Carvalho Vasconcelos – até 23/4/2024
Tennille Mara Lucena Silva

Assessoria de Administração
Fabício da Silva Barbosa – Assessor-Chefe de Administração
Adilma Maria de Sousa
Ana Carolina Santos de Amorim
Camila Abdala Rosa
Noire Rocha Braga – até 27/6/2024

Assessoria de Coordenação
Nayara Rodrigues de Oliveira – Assessora-Chefe de Coordenação
Ana Carolina Marouelli dos Santos
Ariane Modesto Menezes

Assessoria de Coordenação

Gardênia Holanda Maciel Lamar
Veroni Korilo
Isabela Cristina de Andrade

Assessoria de Gestão da Informação e Comunicação

Carlos Alberto de Oliveira Lima – Assessor-Chefe de Gestão da Informação e Comunicação
Virgínia Figueiredo Fonseca
Gardênia Holanda Maciel Lamar
Joel Alves Teixeira
Larissa Lívia Rodrigues Barbosa

Assessoria de Revisão

Márcio de Oliveira – Assessor-Chefe de Revisão
Uyran Ayres da Silva Júnior
Adriana Gomes Martins Sobrinho
Bernadete Castanha Viana Machado
Joyce de Oliveira Cecilio Rodrigues
Kelly Virginia de Lima Rocha
Lígia Reis Rocha – até 14/7/2024
Paula Calixto Pereira
Roberto Campos Alcântara
Thiago Rodrigues de Alcântara Silva
Marcello Augusto Gomes Fernandino
Sandro Alves Garcia Nunes – até 10/1/2024
Selma Avon Carolino Vanderlei – até 20/5/2024

2 AÇÕES DE COORDENAÇÃO

2.1 Grupos de Trabalho

Os GTs criados pela 1ª CCR visam proporcionar assessoramento técnico e troca de experiências entre os membros que atuam na temática da Câmara para discutir questões relacionadas aos direitos sociais e à fiscalização de atos administrativos em geral.

O processo de composição dos GTs considera critérios de equidade étnico-racial e de gênero, bem como de representatividade regional, com o objetivo de garantir a maior pluralidade de visões e propositura de estratégias.

GTs ativos em 2024:

Nome	Link de acesso:
Educação – Geral	https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr1/atuacao/grupos-de-trabalho-e-relatorias/grupos-de-trabalho-1/gt-educacao (Público – Portal do MPF)
Educação – Fundef/Fundeb	https://novoportal.mpf.mp.br/novaintra/areas-tematicas/camaras/direitos-sociais-e-fiscalizacao-de-atos-administrativos-em-geral/iniciativas-tematicas/educacao/fundef-fundeb (Acesso restrito – Intranet)
Educação – MPEduc	https://novoportal.mpf.mp.br/novaintra/areas-tematicas/camaras/direitos-sociais-e-fiscalizacao-de-atos-administrativos-em-geral/iniciativas-tematicas/educacao/mpeduc (Acesso restrito – Intranet)
Educação – PNAE	https://novoportal.mpf.mp.br/novaintra/areas-tematicas/camaras/direitos-sociais-e-fiscalizacao-de-atos-administrativos-em-geral/iniciativas-tematicas/educacao/pnae (Acesso restrito – Intranet)
Educação – Proinfância	https://novoportal.mpf.mp.br/novaintra/areas-tematicas/camaras/direitos-sociais-e-fiscalizacao-de-atos-administrativos-em-geral/iniciativas-tematicas/educacao/proinfancia (Acesso restrito – Intranet)
Saúde – Geral	https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr1/atuacao/grupos-de-trabalho-e-relatorias/grupos-de-trabalho-1/gt-saude (Público – Portal do MPF)
Saúde – Judicialização da Saúde	https://novoportal.mpf.mp.br/novaintra/areas-tematicas/camaras/direitos-sociais-e-fiscalizacao-de-atos-administrativos-em-geral/iniciativas-tematicas/saude/judicializacao-da-saude (Acesso restrito – Intranet)

Nome	Link de acesso:
Saúde – Oncologia	https://novoportal.mpf.mp.br/novaintra/areas-tematicas/camaras/direitos-sociais-e-fiscalizacao-de-atos-administrativos-em-geral/iniciativas-tematicas/saude/oncologia (Acesso restrito – Intranet)
Saúde – Saúde Digital	https://novoportal.mpf.mp.br/novaintra/areas-tematicas/camaras/direitos-sociais-e-fiscalizacao-de-atos-administrativos-em-geral/iniciativas-tematicas/saude/saude-digital (Acesso restrito – Intranet)
Rodovias Federais	https://novoportal.mpf.mp.br/novaintra/areas-tematicas/camaras/direitos-sociais-e-fiscalizacao-de-atos-administrativos-em-geral/iniciativas-tematicas/patrimonio-publico/rodovias-federais (Acesso restrito – Intranet)
Terras Públicas	https://novoportal.mpf.mp.br/novaintra/areas-tematicas/camaras/direitos-sociais-e-fiscalizacao-de-atos-administrativos-em-geral/iniciativas-tematicas/patrimonio-publico/terras-publicas (Acesso restrito – Intranet)
Previdência e Assistência Social	https://novoportal.mpf.mp.br/novaintra/areas-tematicas/camaras/direitos-sociais-e-fiscalizacao-de-atos-administrativos-em-geral/iniciativas-tematicas/previdencia-e-assistencia-social (Acesso restrito – Intranet)

2.1.1 Composição dos Grupos de Trabalho

Composição do GT Educação

Instância de Coordenação – Portaria 1ª CCR/MPF nº 21/2023
Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary – Coordenadora Titular
Letícia Carapeto Benrdt – Coordenadora Substituta
FUNDEF/FUNDEB – Portaria 1ª CCR/MPF nº 26/2024
Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspar – Coordenadora Titular
Lucas Sachsida Carneiro – MPAL (integrante externo)
Rodrigo Medeiros de Lima – MPTCU (integrante externo)
Antônio Clésio Cunha dos Santos – MPC/AP (integrante externo)
Vinícius Panetto do Nascimento
MPEduc – Portaria 1ª CCR/MPF nº 17/2022, nº 16/2023 e nº 22/2023
Sérgio Luiz Pinel Dias – Coordenador Titular
Maria Cristina Manella Cordeiro – Coordenadora Substituta
Letícia Carapeto Benrdt
Paulo Rubens Carvalho Marques

PNAE – Portaria 1ª CCR/MPF nº 33/2024
Bruno Jorge Rijo Lamenha Lins – Coordenador Titular
Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary – Coordenadora Substituta
Lívia Maria de Sousa
PROINFÂNCIA – Portaria Conjunta nº 11/2024
Onésio Soares Amaral – Coordenador Titular
Fábio George Cruz da Nóbrega – Coordenador Substituto
Acácia Soares Peixoto Suassuna
Felipe Torres Vasconcelos

Composição do GT Saúde

INSTÂNCIA DE COORDENAÇÃO – Portaria 1ª CCR/MPF nº 24/2024
Ticiania Andrea Sales Nogueira, PR-PE – Coordenadora
Sílvia Regina Pontes Lopes Acioli, PR-PE – Coordenadora Substituta
JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE – Portaria 1ª CCR/MPF nº 37/2024
Ana Karízia Távora Teixeira Nogueira – Coordenadora
Fabiano de Moraes – Coordenador Substituto
Bruna Pfaffenzeller
Pablo Coutinho Barreto
ONCOLOGIA – Portaria 1ª CCR/MPF nº 37/2024
Ailton Benedito de Souza – Coordenador
Paula Cristine Bellotti – Coordenadora Substituta
Clariser Azevedo Cavalcante de Moraes
Suzete Bragagnolo
SAÚDE DIGITAL – Portaria 1ª CCR/MPF nº 37/2024
Fabiano de Moraes – Coordenador
Ticiania Andrea Sales Nogueira – Coordenadora Substituta
Fernando Rocha de Andrade
Juraci Guimarães Junior
Marcos Antônio da Silva Costa

Composição do GT Rodovias Federais

RODOVIAS FEDERAIS – Portaria 1ª CCR/MPF nº 34/2024
Filipe Andrios Brasil Siviero – Coordenador Titular
Victor Albuquerque de Queiroga – Coordenador Substituto
Luiz Gustavo Mantovani
Marcelo Freire Lage

Composição do GT Terras Públicas

TERRAS PÚBLICAS – Portaria 1ª CCR/MPF nº 47/2024
Michel François Drizul Havrenne – Coordenador
André Bueno da Silveira
Bruno José Silva Nunes
Rafael Nogueira Sousa

Composição do GT Interinstitucional Previdência e Assistência Social

INSTÂNCIA DE COORDENAÇÃO – Portaria 1ª CCR/MPF nº 25/2024
Zélia Luiza Pierdoná – Coordenadora Titular
Cristiana Koliski Taguchi – Coordenadora Substituta
DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU) – Portaria 1ª CCR/MPF nº 25/2024
Eliane Viegas Mota
Rodrigo Hitoshi Dias
Elias Fernandes de Oliveira
DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO (DPU) – Portaria 1ª CCR/MPF nº 25/2024
Carolina Soares Castelliano Lucena de Castro
Patrícia Bettin Chaves
Carolina Botelho Moreira de Deus
DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) – Portaria 1ª CCR/MPF nº 25/2024
Alessandro Antônio Stefanutto
André Paulo Felix Fidelis

Bruno Batista Barreto
Ismênio Bezerra
Sérgio Roberto Hall Brum de Barros
Virgílio Ribeiro de Oliveira Filho
DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF) – Portaria 1ª CCR/MPF nº 25/2024
Cristiana Koliski Taguchi
Zélia Luiza Pierdoná
Eloisa Helena Machado
Carlos Vinicius Soares Cabeleira
Jessé Ambrosio dos Santos Júnior
DA SECRETARIA DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (MPS) – Portaria 1ª CCR/MPF nº 25/2024
Adroaldo da Cunha Portal
Alessandro Pereira Lordello
Benedito Adalberto Brunca
Felipe Cavalcante e Silva
Márcia Rejane Soares Campos
DA SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (MDS) – Portaria 1ª CCR/MPF nº 25/2024
Elias de Sousa Oliveira
Raimundo Nonato Lopes de Sousa
DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) – Portaria 1ª CCR/MPF nº 25/2024
João Ricardo Pereira
Jorge Mendes de Oliveira Castro Neto
DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU) – Portaria 1ª CCR/MPF nº 25/2024
Marcia Eliza de Souza
Carlos Gustavo Moimaz Marques
Kedma Iara Ferreira

2.2 Relatoria Especial

Mediante Portaria 1ª CCR/MPF nº 103, de 25 de outubro de 2024, foi instituída a Relatoria Especial para a política nacional de enfrentamento à doença meningocócica, nos termos da deliberação do colegiado na 14ª Sessão Ordinária de Coordenação, de 7 de outubro de 2024 (PGR-00410723/2024), com o objetivo de avaliar e propor ações de coordenação relacionadas à situação epidemiológica e aos riscos associados à doença meningocócica causada pelo sorogrupo B, especialmente no que diz respeito ao grupo etário mais vulnerável a essa patologia, bebês de até um ano.

Como coordenador titular, foi nomeado o procurador da República Bruno Jorge Rijo Lamenha Lins.

O colegiado aprovou um plano de ação consistente do: monitoramento do processo de avaliação da incorporação e transferência de tecnologia da vacina meningocócica do grupo B (4CMenB) no âmbito do Programa Nacional de Imunizações (PNI); mapeamento e análise das estratégias de enfrentamento da doença meningocócica implementadas pelas Secretarias Estaduais de Saúde; diagnóstico nacional das coberturas vacinais das vacinas meningocócicas C e ACWY disponibilizadas no PNI; bem como uma análise técnico-jurídica do Projeto de Lei nº 1.286/2023, que propõe a incorporação obrigatória da vacina meningocócica B (4CMenB) ao PNI.

2.3 Metodologia 360º

As atividades de coordenação da 1ª CCR envolveram a utilização da “Metodologia 360º”, efetivada em três fases, dentro de um cronograma que envolve:

- 1) levantamento de informações das situações-problema vivenciadas pelos membros;
- 2) análise do GT, em articulação com a Secretaria de Gestão Estratégica (SGE) para subsidiar a escolha da situação-problema;
- 3) subsídios dos executores da política pública e alinhamento com os membros do GT;
- 4) discussão em *workshops* com membros e especialistas;
- 5) apresentação da proposta da carta de intenções com as proposições construídas no *workshop*;

- 6) deliberação do Colegiado da 1ª CCR;
- 7) apresentação dos produtos e resultados na conferência 1ªCCR 360.

Essa metodologia, por meio de instrumentos de atuação, visa fomentar a atuação resolutiva do MPF e proporcionar aos membros conhecimentos aprofundados sobre situações-problema em cada uma das cinco áreas de atuação prioritária da 1ª Câmara para o ano corrente: saúde, educação, previdência e assistência social, rodovias federais e terras públicas.

2.3.1 *Workshops* 1ª CCR 360º realizados em 2024

Previdência

Um *workshopping* foi conduzido em Brasília, nos dias 10 e 11 de abril, com foco na estruturação e formalização de canais de comunicação entre o Ministério Público Federal (MPF), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a Secretaria do Regime Geral de Previdência Social (SRGPS). O objetivo primordial foi fomentar a atuação finalística resolutiva, fornecendo subsídios e orientações aos procuradores naturais, a fim de gerar resultados que representem respostas efetivas à sociedade, tais como roteiros de atuação, notas técnicas e resoluções.

O evento contou com a participação de representantes do Ministério da Previdência Social (MPS), da Advocacia-Geral da União (AGU), do INSS, além de autoridades e especialistas em previdência. O debate centralizou-se na temática da “Tempestividade” no âmbito da previdência e assistência social.

Ao término do encontro, o GTI-Previdência apresentou sugestões de soluções e caminhos possíveis para estruturar os canais de diálogo entre o MPF e os órgãos executores das políticas públicas de previdência e assistência social para apreciação do Colegiado da 1ªCCR. Após a validação, a fase elaborativa da metodologia 360º será iniciada, culminando na entrega de um documento com os encaminhamentos efetivos das propostas pelo GTI.

Rodovias e Terras Públicas

Os encontros foram realizados em Maceió, nos dias 25 e 26 de abril, com a presença do Colegiado da 1ª CCR, dos Grupos de Trabalho (GTs) Rodovias Federais e Terras Públicas, membros do MPF atuantes nas respectivas temáticas e especialistas. Esses eventos foram conduzidos em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas do MPF.

Rodovias Federais

O encontro teve como propósito discutir os pontos críticos relacionados a acidentes em rodovias federais. Dados e informações foram apresentados por especialistas e representantes de órgãos parceiros, e soluções foram propostas para auxiliar os membros do MPF em sua atuação na área.

Os materiais apresentados foram analisados em plenária, que contou com a participação de especialistas e representantes de órgãos públicos (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC-LabTrans e Polícia Rodoviária Federal – PRF), além de entidades da sociedade civil vinculadas ao setor (Confederação Nacional do Transporte – CNT e Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR).

Ao final, o GT Rodovias Federais apresentou uma carta de intenções, a ser submetida ao Colegiado da 1ª CCR. Após sete meses, e cumpridas as etapas da metodologia 1ª CCR 360º, será entregue para apreciação do Colegiado um instrumento que subsidiará os desdobramentos da atuação e a confecção de materiais como roteiros de atuação e manuais.

Terras Públicas

O foco recaiu sobre os assentamentos de reforma agrária, com o objetivo de analisar as principais irregularidades registradas em lotes destinados a assentados e o uso das terras públicas no Brasil. O *workshop* foi realizado em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas do MPF.

Diversos temas foram debatidos, incluindo requisitos e condições de ingresso em programas de reforma agrária, formas de seleção dos beneficiários, restrições à produção agrária nos assentamentos, condições de permanência nesses locais, regularização fundiária rural, e as principais irregularidades e suas causas identificadas nos assentamentos.

O GT Terras Públicas apresentou as conclusões dos pontos discutidos aos membros da Câmara, além da carta de intenções, que será analisada em momento oportuno pelo Colegiado. Caso aprovada, essa carta orientará a atuação do GT até a entrega do instrumento ao final da fase da metodologia 1ª CCR 360°.

Educação e Saúde

Os encontros foram realizados em Curitiba, nos dias 22 e 23 de maio, com a participação do Colegiado da 1ª CCR, dos GTs Saúde e Educação, membros do MPF atuantes nas temáticas e especialistas. Os eventos, promovidos em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas do MPF, contaram com a contribuição da Assessoria de Gestão Estratégica da Secretaria-Geral.

Educação

Esta atividade, norteadada pela metodologia 1ª CCR 360°, discutiu os riscos e gargalos relativos aos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Seu objetivo foi tratar das formas de assegurar a correta aplicação do Fundeb e das estratégias para a fiscalização do emprego dos recursos.

Membros do GTI Fundeb/Fundef e especialistas discorreram sobre a observância das condições normativas de gestão e movimentação dos recursos do fundo, em especial a destinação dos valores em conta única e específica, sob a gestão da chefia do órgão do ente federado responsável pela educação do ensino fundamental, conforme prevê a legislação. Também foram abordadas as formas de fiscalização e as estratégias de atuação para superar possíveis gargalos e dificuldades.

As discussões contaram com a participação de membros do MPF, do Tribunal de Contas da União (TCU), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Ministério da Educação (MEC).

Ao final, uma carta de intenções foi entregue pelo GTI Fundeb/Fundef ao Colegiado da Câmara. Após o cumprimento das fases da metodologia 1ª CCR 360°, serão submetidos à Câmara instrumentos de atuação, incluindo minutas de recomendação, notas técnicas, orientações sobre o acompanhamento da nota técnica do TCU e análises de cruzamento de dados entre os sistemas Sinapse e Único.

Saúde

O GT Saúde Digital da 1ª CCR discutiu a rastreabilidade das emendas parlamentares destinadas à saúde, buscando respostas para as seguintes questões: *Como garantir a fiscalização e o rastreamento digital de emendas parlamentares destinadas à saúde? E, de que forma a transparência de dados do orçamento pode colaborar para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)?*

Segundo dados apresentados no encontro, as emendas parlamentares já correspondiam a 12% do orçamento da saúde. Os critérios e procedimentos para a indicação de recursos são estabelecidos por portaria do Ministério da Saúde (MS). O rastreamento do caminho dessas verbas e a identificação de sua aplicação efetiva ainda representam desafios para os órgãos de fiscalização. A tecnologia pode auxiliar no equacionamento para o acompanhamento digital dessas emendas e na interoperabilidade dos sistemas de informação.

As discussões contaram com a participação de membros do MPF, do Departamento Nacional de Auditoria do SUS, do Fundo Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, do TCU, da CGU e do Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Ao final, o GT Saúde Digital apresentou uma carta de intenções à 1ª CCR, que será posteriormente submetida ao Colegiado da Câmara, com vistas à instrumentalização de manuais, meios de acesso a sistemas externos na área de saúde, compilação de normas, estudos e/ou notas técnicas.

Resultados Alcançados

No encontro realizado em João Pessoa, nos dias 23 e 24 de outubro, com a presença do Colegiado da 1ª CCR, os membros dos GTs que implementaram a metodologia 1ª CCR 360º em 2024 apresentaram as entregas finais, conforme estabelecido na última fase da metodologia.

Dessa forma, conferindo efetividade aos compromissos assumidos nas cartas de intenções, destacam-se as seguintes entregas:

Grupo	Resultado
Educação – GTI Fundef/ Fundeb	<ul style="list-style-type: none">Proposta de ação coordenada para fiscalizar, de forma mais efetiva, os repasses feitos por meio dos precatórios do Fundeb.Modelo de recomendação a ser enviada aos municípios sobre a necessidade de conta única e específica, de titularidade das respectivas secretarias de educação, para o recebimento dos recursos do Fundeb.
Saúde – SGT Saúde Digital	<ul style="list-style-type: none">Manual de atuação para fiscalização dos recursos de emendas parlamentares em saúde.Diretrizes e boas práticas detalhadas para os membros do MPF, servidores e outros envolvidos no controle e fiscalização dos recursos públicos provenientes de emendas parlamentares.
Rodovias Federais	<ul style="list-style-type: none">NT sobre a implementação de balanças de pesagem no país e modernização da legislação sancionatória que rege as infrações por excesso de peso visando à preservação e manutenção das estradas de rodagem no país.Roteiro de atuação elaborado com objetivo de reduzir o número de acidentes graves em rodovias federais por meio da identificação de pontos críticos e implementação de ações corretivas, com uso do Georadar.
Terras Públicas	<ul style="list-style-type: none">Manual de orientações para atuação em Reforma Agrária com o objetivo de auxiliar a atuação do MPF no contexto da Reforma Agrária no Brasil.
Previdência e Assistência Social	<ul style="list-style-type: none">Proposta de ação coordenada intitulada “Estruturação da coordenação de solução consensual de demandas coletivas em matéria de Previdência e Assistência Social”.

2.4 Tema Educação

Ações de articulação na temática educação em 2024:

Atuações	Fundef/Fundeb	MPEduc	PNAE	Proinfância
Reuniões	18	28	7	7
Ofícios	8	48	4	10
Ofícios Circulares	13	9	-	-
Notas Técnicas	1	-	-	-
Recomendações	11	424	1	-
Despachos	-	1	-	-

2.4.1 Principais Entregas em 2024 – Educação

Ministério Público pela Educação (MPEduc):

- Em 2024, uma das iniciativas mais relevantes no campo da educação pública foi a execução do projeto-piloto do MPEduc, destinada a aprimorar a educação básica em todo o Brasil. O projeto-piloto teve início com a seleção de 27 municípios participantes. A partir da escolha, foram realizadas escutas públicas e visitas às escolas, resultando na expedição de 424 recomendações aos gestores municipais.

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb/Fundef):

- NT com diretrizes mínimas a serem observadas pelos municípios na aplicação excepcional dos recursos de juros de mora incidentes sobre a verba principal atrasada do Fundef/Fundeb, recebida da União por meio de precatórios, para pagamento de honorários advocatícios contratuais.
- A 1ª CCR elaborou e encaminhou um modelo de recomendação para auxiliar procuradores do MPF que atuam na área, com diretrizes mínimas para a adoção de conta única e exclusiva para movimentação e acesso aos recursos do Fundeb, além da centralização da gestão desses ativos financeiros.
- Em maio, a Câmara realizou um encontro para discutir riscos e dificuldades para a correta repartição e aplicação dos recursos do Fundo.

Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância):

- Acompanhamento da retomada de cerca de 3,7 mil obras de escolas, creches e centros de educação profissionalizante, que estavam paralisadas. Em uma ação coordenada pela 1ª CCR, membros do MPF acompanharam a adesão dos municípios ao Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia destinados à Educação Básica, instituído pela Lei nº 14.719/2023.

- A pedido do Grupo de Trabalho Intercameral (GTI) Proinfância, vinculado à 1ª CCR e à Câmara de Combate à Corrupção (5ª CCR) do MPF, a Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise (SPPEA) elaborou o [Mapa do Pacto pela Retomada de Obras da Educação](#), plataforma que disponibiliza informações sobre o *status* das obras nos municípios, auxiliando o trabalho de fiscalização realizado pelos procuradores.

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE):

- Elaboração de modelo de recomendação para estruturação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE).

2.5 Tema Saúde

Ações de articulação na temática saúde em 2024:

Atuações	Geral	Judicialização da saúde	Oncologia	Saúde digital
Reuniões	8	6	2	9
Audiências	-	4	4	-
Ofícios	8	2	4	4
Ofícios Circulares	1	-	1	-
Despachos	-	-	1	-

2.5.1 Principais Entregas em 2024 – Saúde

Geral:

- **NT** contra projeto de lei que propõe a regulamentação dos chamados cigarros eletrônicos no Brasil. De acordo com a 1ª CCR, os cigarros eletrônicos, como vaporizadores e *pods*, são prejudiciais à saúde pública e sua flexibilização é incompatível com a Política Nacional de Controle do Tabaco (PNCT).

Judicialização da saúde:

- **Capacitação sobre o Programa Nacional de Gestão de Custos (PNGC)**, com foco em esclarecer terminologias e metodologias de gestão de custos no âmbito do PNGC e do Sistema ApuraSUS, que tem o objetivo de auxiliar no processo de apuração e gestão de custos em distintas unidades de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), de forma padronizada e estruturada.
- Divulgação de material informativo que sintetiza as teses firmadas recentemente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sobre as regras para o fornecimento de medicamentos pelo SUS. O [material](#) tem como propósito auxiliar os procuradores na compreensão do Tema 1.234 do STF, que trata do assunto de forma ampla.

Saúde digital:

- **Manual de atuação** para controle e fiscalização dos recursos recebidos em saúde decorrentes de emendas parlamentares, com diretrizes e boas práticas detalhadas para os membros do MPF, servidores e outros envolvidos nesse controle e fiscalização.
- **Manual sobre os principais sistemas informatizados do SUS**, explicando suas funcionalidades, importância e como os membros e servidores do MPF podem acessá-los de forma eficiente.

2.6 Tema Patrimônio Público

Ações de articulação na temática patrimônio público em 2024:

Atuações	Terras Públicas	Rodovias Federais
Reuniões	11	11
Ofícios	8	51
Ofícios Circulares	2	3
Notas Técnicas	3	1
Despachos	-	1

2.6.1 Principais Entregas em 2024 – Patrimônio Público

Terras Públicas:

- [Manual de Orientações](#) para Atuação em Reforma Agrária, com o objetivo de auxiliar o MPF em sua atuação no contexto da Reforma Agrária no Brasil.
- **Curso "Aquisição de terras por empresas estrangeiras e equiparadas"**. Foram abordados aspectos teóricos e práticos, como os requisitos para a aquisição e o arrendamento de terras a partir do panorama internacional e propostas de atuação para o MPF.
- **NT nº 1/2024-GT Terras Públicas/1ªCCR-MPF** enviada ao Congresso Nacional, solicitando a manutenção do veto presidencial a dispositivos do projeto de lei que tratam da [regularização de imóveis rurais na Amazônia](#). No documento, a 1ª CCR apontou que a proposta legislativa possibilitaria que particulares inadimplentes com seus deveres contratuais retomassem áreas que já haviam retornado ao patrimônio público.
- **NT nº 2/2024-GT Terras Públicas/1ªCCR-MPF** contraria a transferência ao Projeto de Lei nº 1.199/2023, que visa a [transferir ao Estado de Tocantins áreas pertencentes à União](#) nele localizada por trazer elevado risco de aumento da concentração de terras e do favorecimento de conflitos fundiários.
- **NT nº 3/2024-GT Terras Públicas/1ªCCR-MPF** contraria a proposta de emenda à Constituição que transfere os terrenos de marinha – terras da União no litoral – para estados, municípios e ocupantes particulares (PEC nº 3/2022), [PEC das praias](#).

Rodovias Federais:

- **NT nº 1/2024** sobre a implementação de balanças de pesagem no país e a modernização da legislação sancionatória que rege as infrações por excesso de peso visando à preservação e manutenção das estradas de rodagem do país.
- A pedido do GT Rodovias Federais da 1ª CCR, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) disponibilizou em seu [site painel com dados dos maiores infratores por excesso de peso em rodovias](#) do país, e um BI com informações de todas as infrações referentes à pesagem, como quantitativos, valores pagos e valores devidos corrigidos monetariamente.

- Roteiro de atuação elaborado com o objetivo de reduzir o número de acidentes graves em rodovias federais por meio da identificação de pontos críticos e da implementação de ações corretivas, utilizando o Georadar.

2.7 Tema Previdência e Assistência Social

Ações de articulação na temática previdência e assistência social em 2024:

Atuações	Previdência e Assistência Social
Reuniões	23
Ofícios	20
Ofícios Circulares	2
Despachos	14

2.7.1 Principais Entregas em 2024 – Previdência e Assistência Social

- As reuniões viabilizaram a discussão das medidas necessárias para alavancar a tempestividade, a integridade e a transparência, bem como a exposição das medidas que vêm sendo adotadas pela Administração (INSS e Secretaria do Regime Geral), como o Atestmed, a Teleperícia, a organização e a realização de mutirões, a automatização das análises, a organização de novos modelos de gestão e outras medidas relacionadas ao atendimento dos requerimentos administrativos e benefícios.
- Proposta de ação coordenada intitulada “Estruturação da coordenação de solução consensual de demandas coletivas em matéria de Previdência e Assistência Social”, objetivando a estruturação e formalização dos canais de comunicação entre o MPF, o INSS e a Secretaria do Regime Geral do MPS.

3 DELIBERAÇÕES DO COLEGIADO

O colegiado da 1ª CCR aprecia os procedimentos relacionados à sua temática de atuação que foram encaminhados por membros de todas as unidades do MPF para promoção de arquivamento, declínio de atribuição, conflitos de atribuição, recurso ao Conselho Institucional do Ministério Público Federal (CIMPf), entre outros. Além disso, realiza também ações de coordenação, estabelecendo diretrizes e orientações ao analisar as matérias apresentadas em procedimentos e documentos em suas sessões de coordenação.

3.1 Sessões de Revisão

Sessão	Data	Quantidade
1ª Sessão Ordinária de Revisão de 2024	5/2/2024	210
2ª Sessão Ordinária de Revisão de 2024	19/2/2024	80
3ª Sessão Ordinária de Revisão de 2024	6/3/2024	96
4ª Sessão Ordinária de Revisão de 2024	1º/4/2024	239
5ª Sessão Ordinária de Revisão de 2024	15/4/2024	111
6ª Sessão Ordinária de Revisão de 2024	26/4/2024	117
7ª Sessão Ordinária de Revisão de 2024	13/5/2024	94
8ª Sessão Ordinária de Revisão de 2024	27/5/2024	58
9ª Sessão Ordinária de Revisão de 2024	10/6/2024	114
10ª Sessão Ordinária de Revisão de 2024	12/8/2024	538
11ª Sessão Ordinária de Revisão de 2024	26/8/2024	130
12ª Sessão Ordinária de Revisão de 2024	9/9/2024	121
13ª Sessão Ordinária de Revisão de 2024	23/9/2024	110
14ª Sessão Ordinária de Revisão de 2024	7/10/2024	144
15ª Sessão Ordinária de Revisão de 2024	21/10/2024	102
16ª Sessão Ordinária de Revisão de 2024	4/11/2024	87

Sessão	Data	Quantidade
17ª Sessão Ordinária de Revisão de 2024	18/11/2024	111
18ª Sessão Ordinária de Revisão de 2024	2/12/2024	122
19ª Sessão Ordinária de Revisão de 2024	16/12/2024	91

Foram deliberados 2.675 procedimentos em 2024

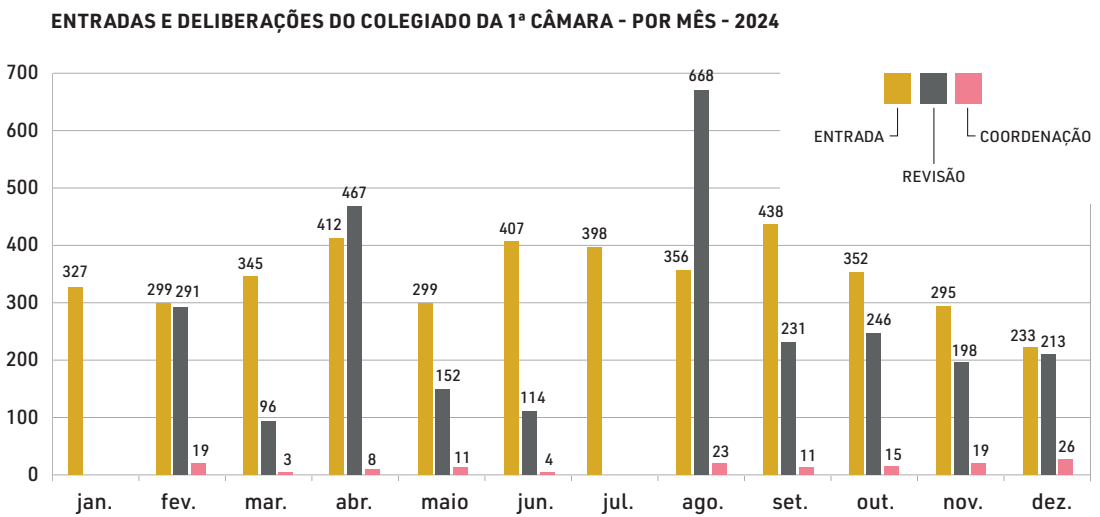
3.2 Sessões de Coordenação

Sessão	Data	Quantidade
1ª Sessão Ordinária de Coordenação de 2024	5/2/2024	7
2ª Sessão Ordinária de Coordenação de 2024	19/2/2024	12
3ª Sessão Ordinária de Coordenação de 2024	6/3/2024	3
4ª Sessão Ordinária de Coordenação de 2024	1º/4/2024	1
5ª Sessão Ordinária de Coordenação de 2024	15/4/2024	2
6ª Sessão Ordinária de Coordenação de 2024	26/4/2024	5
1ª Sessão Extraordinária de Coordenação de 2024	6/5/2024	1
7ª Sessão Ordinária de Coordenação de 2024	13/5/2024	4
8ª Sessão Ordinária de Coordenação de 2024	27/5/2024	6
9ª Sessão Ordinária de Coordenação de 2024	10/6/2024	4
10ª Sessão Ordinária de Coordenação de 2024	12/8/2024	17
11ª Sessão Ordinária de Coordenação de 2024	26/8/2024	6
12ª Sessão Ordinária de Coordenação de 2024	9/9/2024	4
13ª Sessão Ordinária de Coordenação de 2024	23/9/2024	7
14ª Sessão Ordinária de Coordenação de 2024	7/10/2024	9
15ª Sessão Ordinária de Coordenação de 2024	21/10/2024	6
16ª Sessão Ordinária de Coordenação de 2024	4/11/2024	8
17ª Sessão Ordinária de Coordenação de 2024	18/11/2024	11

Sessão	Data	Quantidade
18ª Sessão Ordinária de Coordenação de 2024	2/12/2024	1
19ª Sessão Ordinária de Revisão de 2024	16/12/2024	25

Foram realizadas 139 deliberações distribuídas em 57 procedimentos e 82 documentos.

3.3 Deliberações



Em 2024, a 1ª CCR/MPF recebeu 4.151 procedimentos e seu colegiado deliberou 2.675 feitos extrajudiciais nas sessões de revisão e, seguindo o Regimento Interno da 1ª CCR (Resolução CSMPPF nº 224, de 10 de agosto de 2023) que prevê situações em que um membro do colegiado pode decidir monocraticamente acerca do procedimento, foram deliberados monocraticamente 1.198 procedimentos e 13 decisões *ad referendum*. Além disso, seis dos feitos recebidos do CSMPPF foram deliberados nas sessões de coordenação, com mais 51 procedimentos autuados na 1ª Câmara e 82 documentos encaminhados por outros órgãos e unidades do MPF, totalizando 139 deliberações nas sessões de coordenação. Dessa forma, dos 4.151 feitos que ingressaram, houve deliberação em 3.892, com saldo remanescente de 259.

4 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

4.1 Notícias da 1ª CCR

A 1ª Câmara atua com os diversos meios de comunicação do MPF na produção de conteúdo e edição de matérias para o portal do órgão, bem como na produção de conteúdo para os veículos internos de comunicação, como a intranet, a internet, o *Zoom*, o e-mail, entre outros.

As notícias relacionadas à 1ª CCR são criadas e publicadas diuturnamente nos *sites* da intranet e da internet pela Secom do MPF.

4.2 Produtos de Informação e Comunicação

- **Intranet da 1ª CCR** – rede privada acessada por membros, servidores e estagiários do MPF. Nela estão contidas informações que subsidiam a atuação finalística do Órgão, tais como roteiros, manuais, peças-modelo etc. A 1ª CCR é responsável pelo seu gerenciamento e atualização.
- **Portal do MPF/1ª CCR** – a 1ª CCR gerencia e atualiza seu conteúdo com informações relevantes ao público em geral, especialmente ao dar publicidade às pautas e atas das sessões de revisão e coordenação, informações de contato e espelhamento de sua atuação perante a sociedade.
- **Roteiros, manuais, cartilhas e infográficos** – a 1ª CCR criou o leiaute e o conteúdo de peças gráficas informativas utilizadas para compartilhar conhecimento com os membros, servidores e a sociedade. Em 2024, destacou-se a elaboração de material informativo para auxiliar a compreensão das teses firmadas pelo STF no Tema 1.234, sobre fornecimento de medicamentos pelo SUS, elaborado pelo subgrupo de trabalho (SGT) Judicialização da Saúde e pela Assessoria de Revisão da 1ª CCR.
- **Sistema para mapeamento de ofícios e funções (MOF)** – plataforma do MPF que visa facilitar a organização e a visualização dos ofícios e funções dos membros, bem como das atividades dos GTs, das relatorias e das comissões que estão ligadas às diversas áreas de atuação da 1ª Câmara.

- **Sistema de gestão de colegiado, GTs e assemelhados** – sistema desenvolvido pela 1ª Câmara com o objetivo de facilitar o controle e gerenciamento dos membros participantes de colegiados (CNMP, CSMPE, CIMPE, Câmaras de Coordenação), representantes nos estados e dos GTs.

5 ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA

5.1 Planejamento Temático

Em 2024, houve atualização do Planejamento Estratégico (PE) do MPF para o período de 2024 a 2027, após dois anos de sua vigência (2022-2024), conforme a Portaria PGR/MPF nº 843, de 18 de outubro de 2024. O novo mapa atualizou a missão, a visão, os valores e os objetivos estratégicos da instituição.

O documento foi elaborado com a participação das áreas administrativa e finalística, com adequação de seu conteúdo à literatura mais moderna sobre planejamento estratégico e às orientações da Auditoria Interna do Ministério Público da União (Audin/MPU).

A 1ª Câmara tem participado e apoiado a Assessoria Especial de Gestão Estratégica (Aeges) em todas as etapas de criação, atualização e aplicação do Mapa Estratégico.

5.2 Gestão Orçamentária

A tabela a seguir sintetiza o orçamento realizado em 2024.

Tabela – Orçamento Geral

Categoria	Valores (R\$)	(%)
Referencial para o Exercício 2024	1.444.032,63	100
	50.000 (contingenciado)	3,46
	1.394.032,63 (disponibilizado)	96,54
Referencial executado (do orçamento original)	1.437.177,06	99,53

Tabela – Detalhamento do orçamento realizado em 2024

Categoria	Total (diárias, passagens e serviços)
Diligências e procedimentos instaurados	42.542,06
Eventos institucionais	519.052,90
Geral	5.516,80
Grupos de Trabalho	361.073,89
MPEduc	500.714,69
Reunião de trabalho	8.276,72
Total	1.437.177,06

5.3 Eventos

MPEduc

Dois eventos foram realizados em Brasília em 2024 com os membros do MPF responsáveis pelos 19 órgãos de administração referentes à Coordenação Regional do MPEduc. O primeiro evento, ocorrido em fevereiro, teve como objetivo fornecer aos membros diretrizes para a execução da nova versão do projeto nos 27 municípios-piloto aprovados pelo colegiado. O segundo teve como objetivo acompanhar e compartilhar experiências sobre a execução do programa, bem como identificar os maiores problemas enfrentados e propor soluções.

Workshops

A Câmara realizou *workshops* na Ação 360º – metodologia que permitiu a realização de análises aprofundadas sobre situações-problema e resultou em propostas concretas para o enfrentamento de desafios estruturais nas seguintes áreas de atuação da Câmara (detalhes no item 2.3 Metodologia 360º, anterior, subitem 2.3.1 Workshops 1ª CCR 360º realizados em 2024):

Evento	Local e data
1ª CCR 360º Previdência	Brasília/DF, 10 e 11 de abril de 2024
1ª CCR 360º Rodovias e Terras Públicas	Maceió/AL, 25 e 26 de abril de 2024
1ª CCR 360º Educação e Saúde	Curitiba/PR, 22 e 23 de maio de 2024
1ª CCR 360º Resultados alcançados	João Pessoa/PB, 23 e 24 de outubro de 2024

Capacitação

Capacitação sobre o Programa Nacional de Gestão de Custos (PNGC), com foco em esclarecer terminologias e metodologias de gestão de custos no âmbito do PNGC e do Sistema ApuraSUS, que tem o objetivo de auxiliar no processo de apuração e gestão de custos em distintas unidades de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), de forma padronizada e estruturada.

Capacitação ofertada pelo FNDE, em parceria com a CGU, para utilização do Sistema Integrado de Monitoramento da Execução e Controle do Ministério da Educação – Simec. O curso objetivou auxiliar membros e servidores do MPF, dos MP estaduais, da CGU, do TCU e dos TC estaduais acerca do manuseio e da análise de dados das ferramentas do Simec, especialmente, no que se refere às obras do Proinfância, tendo em vista o recente Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia destinados à educação básica.

Capacitação de servidores da 1ª CCR – Líder *Coaching*/Liderança: Conectando pessoas – Brasília. Promovido pela SGP, com ênfase na melhoria dos relacionamentos no ambiente de trabalho. Foram apresentadas técnicas e modelos que facilitam a interlocução e o enfrentamento de situações-problema mediante a conversação não violenta.

Cursos

Curso "Aquisição de terras por empresas estrangeiras e equiparadas". Foram abordados aspectos teóricos e práticos, como os requisitos para a aquisição e o arrendamento de terras a partir do panorama internacional e propostas de atuação para o MPF.

Reunião 1ª CCR e coordenadores dos GTs

Os coordenadores dos GTs da 1ª Câmara do MPF reuniram-se em 6 de novembro em Curitiba com o Colegiado da 1ª CCR, para apresentar os relatórios das atividades realizadas em 2024. Na ocasião, foram estabelecidas 12 diretrizes voltadas à efetividade e ao fortalecimento das ações coordenadas entre os membros vinculados à 1ª CCR. Essas diretrizes nortearão o planejamento das atividades a serem desempenhadas pelos grupos em 2025.

